



## ECONOMIA INTERNACIONAL

## Restrições dos EUA ao MERCOSUL no âmbito do GATT.

(15 Jul 92)

O recente episódio envolvendo a oposição dos EUA, apoiada pelo JAPÃO e a SUÍÇA, a que o MERCOSUL goze do tratamento concedido aos países em desenvolvimento e seja avaliado de acordo com o artigo 24 do GATT - que prevê, entre outros aspectos, a análise de questões das áreas de livre comércio e uniões alfandegárias, mediante a criação do Grupo de Trabalho (GT) - faz parte da estratégia norte-americana para as relações de comércio internacional, no sentido de garantir melhores condições de mercado para a sua economia. Por outro lado, os países do MERCOSUL, em especial BRASIL e ARGENTINA, defendem a avaliação com base na chamada "**Cláusula de Habilitação**", que dispensa o GT. Esta posição é amparada nas oportunidades da legislação internacional e pretende garantir a esse mercado um tratamento favorecido nas possíveis demandas que advirão com a sua implantação. Por sua vez, a Comunidade Econômica Européia (CEE) propôs uma solução conciliatória, que possibilita a avaliação do MERCOSUL sob a ótica da referida "**cláusula**", conjugada com a instituição de um grupo para avaliar o acordo regional.

Cabe destacar, todavia, que algumas tendências das relações comerciais mundiais, bem como a importância relativa que o MERCOSUL vem ganhando junto aos principais atores no cenário internacional, devem ser avaliadas com cuidado, a fim de que não se crie maiores dificuldades, com conseqüentes prejuízos, ao processo de integração regional.

As condições que permeiam a economia mundial demonstram a necessidade da conformação de novas alternativas para as relações internacionais, de forma a atender às crescentes demandas em termos econômicos e comerciais, além de conformar os interesses de países emergentes. Assim, a despeito de qualquer conclusão para a Rodada Uruguai, o GATT deverá perder importância como órgão normativo, prevalecendo o intercâmbio e as negociações comerciais entre países ou blocos. Ademais, a chamada "**Cláusula de Habilitação**" e o artigo 24 são resoluções sem efeito jurídico, não representando restrições, na prática. Isso porque, mesmo na hipótese de o MERCOSUL vir a ser avaliado dentro da referida cláusula, não há garantia de que eventuais reclamações de outros países, que se sentirem prejudicados com a sua implementação, sejam avaliadas de modo diferenciado.

Z1: SIM - CO-2 - G-12

W/FS1/00238/115/B1C/150792

CONFIDENCIAL

É importante observar, ainda, o atual estágio das negociações para a operacionalização do MERCOSUL e a posição de seus principais parceiros - BRASIL e ARGENTINA - visando ganhar maior importância e acesso às decisões em âmbito mundial. Nesse sentido, conforme defendido pelos seus negociadores, a idéia não é **"se esconder atrás da Cláusula de Habilitação, mas demonstrar absoluta transparência"**. Dessa forma, mais uma vez, parece não haver benefícios significativos que amparem uma decisão definitiva sobre o assunto. Ao contrário, a inclusão no artigo 24 sugere uma posição mais identificada com as intenções brasileiras e argentinas de buscar integrar-se ao rol das nações mais desenvolvidas, além de propiciar um apoio efetivo, notadamente da CEE e dos EUA, para a aprovação do MERCOSUL, haja vista que o **"Acordo de Livre Comércio da América do Norte"** (NAFTA) e o **"Mercado Comum Europeu"** encontram-se na mesma situação, sem uma definição oficial do GATT, até o momento.

Da mesma forma, do ponto de vista estratégico, as condições favoráveis que a AMÉRICA LATINA atravessa, os resultados positivos alcançados pelos integrantes do MERCOSUL e as oportunidades e interesses de investidores estrangeiros por esse mercado mostram que o período é propício para buscar-se uma distensão nas relações com as principais economias mundiais, obtendo-se avanços, inclusive em áreas sensíveis, como a de transferência de tecnologias. Assim, para as duas principais economias sul-americanas, um novo contencioso com os EUA e o JAPÃO determinaria reflexos negativos para o avanço nesse processo de aproximação e possíveis desconfianças por parte de potenciais investidores privados internacionais.

A posição dos negociadores do MERCOSUL é coerente com os dispositivos legais previstos no Acordo Geral do GATT. Todavia, como não houve consenso na reunião realizada em 14 Jul 92, em GENEVRA, para a solução da pendência, há um prazo de seis meses para um parecer final do GATT. Portanto, haverá tempo suficiente para a criteriosa avaliação de alguns importantes fatores para a tomada de uma posição definitiva, tais como: a tendência do GATT como instituição; as dúvidas quanto aos benefícios práticos da avaliação do MERCOSUL através da **"Cláusula de Habilitação"**; as possíveis retaliações em outras áreas de interesse para os países do Cone Sul; os eventuais reflexos na confiança dos capitais de risco internacionais para novos investimentos; e o momento adequado que atravessa a região para uma maior distensão com as principais potências mundiais

O apoio à proposta da CEE pode viabilizar uma solução aparentemente mais favorável ao MERCOSUL, embora a avaliação através do artigo 24 tenda a fortalecer este bloco regional, no processo de maior inserção na nova ordem internacional. Isso não significaria uma postura de alinhamento automático a determinado país nem capitulação às pressões externas. Ao contrário, seria mais uma forma de aproveitar, pragmaticamente, as oportunidades e o momento por que passa a economia mundial, para se auferir vantagens mais amplas.

\* \* \*

CONFIDENCIAL

MERCOSUL

115 (4) 2/17/92

2-C

# Embaixador Melton diz que EUA tem apoio de outros países no GATT

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), cujo objetivo explícito é a formação de um mercado comum e de uma união aduaneira, "não deve ser considerado no mesmo contexto da limitada prioridade seletiva anteriormente legitimada nos termos da Cláusula de Habilitação", observou a este jornal o embaixador dos Estados Unidos, Richard Melton, ao justificar a posição norte-americana de exigir que as regras do Mercosul sejam submetidas a Acordo Geral de Tarifas e Comércio — (GATT) à luz do artigo XXIV, o que contraria o desejo de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Nesta semana, em Genebra, a escolha do procedimento adequado para avaliar as regras do Mercosul causou polêmica principalmente entre os EUA, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e os sócios do mercado comum.

Na falta de um consenso sobre a dinâmica mais apropriada para examinar a formação do Mercosul, decidiu-se que o Comitê de Comércio e Desenvolvimento do GATT terá seis meses para elaborar um parecer sobre o assunto.

A Cláusula de Habilitação permite aos países integrantes do Mercosul significativa vantagem em eventuais casos de conflitos comerciais com terceiros países. Segundo explicou o embaixador Rubens Barbosa, responsável por assuntos do Mercosul no Itamaraty, à editora — assistente Cynthia Malte, caso um terceiro país se sintasse prejudicado pelo Mercosul, não poderia recorrer ao GATT para obter a mesma vantagem.

a formação de um Mercado Comum que libera o comércio entre os seus membros e não cria barreiras para os países não participantes do Acordo.

Em Genebra, os Estados Unidos declararam-se a favor da aplicação do Artigo XXIV do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) ao invés da "Cláusula de Habilitação".

O Artigo XXIV é a principal cláusula do GATT que trata da criação de áreas de livre comércio e uniões alfandegárias. A Cláusula de Habilitação, que diz respeito a preferências de alcance muito mais limitado, não pode ser considerada para substituir as provisões do Artigo. XXIV há tanto tempo existentes.

Desde a criação do GATT, essas duas cláusulas têm-se constituído no principal ponto de referência pelo qual os países avaliam as implicações e efeitos dos grandes sistemas gerais de preferências comerciais que não se enquadram no princípio de "Nações mais favorecidas" (MFN) do GATT.

O governo dos Estados Unidos acredita que as normas do Artigo XXIV estão bem estabelecidas e têm demonstrado bons resultados na assistência ao desenvolvimento de sistemas preferenciais consistentes com o GATT. O Artigo XXIV prevê regras para as situações que não se enquadram no princípio de tratamento de nação mais favorecida, mas também determina certas regras que asseguram que o processo de formação de Uniões Alfandegárias ou Acordos de Livre Comércio promova o comércio internacional e seja também completamente transparente a todos os signatários do GATT.

A Cláusula de Habilitação, por outro lado, foi negociada para atender somente a sistemas preferenciais de países em desenvolvimento os quais não poderiam, de outra forma, obter a mesma vantagem.

Gazeta Mercantil S.A.  
 Diretor-Presidente  
 Luiz Fernando Ferreira Levy  
 Vice-Presidentes Executivos  
 Henrique Alves de Araújo  
 José Andréto Filho  
 Roberto Müller Filho  
 Roberto de Souza Ayres  
 Diretores  
 Sidney Basile  
 Dircen Brasil

original pelo batismo, Deus, na sua equidade, fez diferente a vida dos homens, determinando que alguns fossem servos, outros senhores, de modo que o arbítrio que têm os servos de agir mal fosse ilimitado pelo poder dos que dominam. Com efeito, se ninguém temesse, quem em Brasília.

\* Diretor deste jornal em Brasília.

2-c

# Os EUA rejeitam proposta do Mercosul

por Cynthia Malta  
de São Paulo

Está sendo discutido um tema no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) cujos desdobramentos deverão influenciar a análise de futuros acordos regionais de integração.

Trata-se da escolha do procedimento adequado para avaliar as regras que estabelecem o Mercado Comum do Sul (Mercosul), formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Ontem os Estados Unidos, apoiados por Austrália, Hungria e Checoslováquia, voltaram a exigir, como haviam feito na última segunda-feira na reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento do GATT, que as regras do Mercosul sejam analisadas à luz do artigo XXIV e não da Cláusula de Habilitação, como querem os integrantes do Mercosul.

A delegação de Washington também não aceitou a proposta de conciliação da Comunidade Econômica Européia (CEE), apresentada na última segunda-feira, que coloca a possibilidade de avaliar o Mercosul sob a ótica da Cláusula de Habilitação e, ao mesmo tempo, criar um grupo de trabalho para estudar em detalhes o acordo regional.

Essa proposta permite que durante a análise do grupo de trabalho qualquer país-membro do GATT tem o direito de pedir esclarecimentos.

A Cláusula de Habilitação foi criada em 1979 na Rodada Tóquio e permite tratamento "diferenciado e mais favorável" aos países em desenvolvimento nas questões relacionadas ao comércio internacional.

"Foi uma repetição da reunião de ontem (segunda-feira). Não houve consenso", disse por telefone, de Genebra, o chefe da delegação brasileira junto ao GATT, embaixador Celso Amorim.

Os EUA afirmam que o Mercosul, em função de seu tamanho e importância potencial, tenha suas regras submetidas ao GATT através do artigo XXIV, que trata de tráfego fronteiriço, uniões alfandegárias e áreas de livre comércio. Esse artigo determina que seja instalado um grupo de trabalho para análise detalhada de regras e posterior comparação às normas do GATT. A Cláusula de Habilitação, que abriga cerca de seis acordos segundo o embaixador argentino Félix Peña, entre eles o Grupo Andino e a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), dispensaria o grupo de trabalho. A aprovação, portanto,

seria praticamente automática.

Existe, porém, uma outra vantagem para o Mercosul ao ser enquadrado na Cláusula de Habilitação, explicou o embaixador Rubens Barbosa, responsável pelos assuntos do Mercosul no Itamaraty. Caso um terceiro país se sinta lesado pelo Mercosul e decida ir ao GATT reclamar medidas compensatórias, cabe a esse país provar que está sendo prejudicado. "No artigo XXIV o ônus da prova cabe ao país que está sendo acusado", observou Barbosa, ontem em São Paulo.

A falta de consenso no encontro de Genebra dá, a partir de ontem, seis meses ao Comitê de Comércio e Desenvolvimento do GATT para elaborar um parecer sobre o assunto.

O presidente George Bush disse ontem que os EUA, México e Canadá estão na fase final das negociações do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Bush falou em San Diego ao final de um encontro com seu colega mexicano, Carlos Salinas de Gortari. O México decidiu abrir seu setor de petróleo a "contratos de desempenho" — um compromisso intermediário entre os acordos atuais e os de risco.

(Ver página 11)

MERCOSUL

# Critérios para negociação

por Cynthia Malta  
de São Paulo

Os países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai — não devem conceder margens de preferência tarifária maiores do que 50% em suas negociações comerciais com países latino-americanos. A recomendação faz parte de uma série de critérios que visam harmonizar a política externa dos membros do Mercosul em relação a terceiros países e cujos pontos principais começaram a ser discutidos ontem em São Paulo.

O embaixador Rubens Barbosa, responsável pelos assuntos do Mercosul no Itamaraty, coordenou o encontro que também contou com a presença do embaixador argentino Félix Peña, o embaixador paraguaio Antônio Lopes e a subsecretária de comércio exterior do Uruguai, Graziela Bonfiglio. "Estamos iniciando a discussão dos critérios para acordos comerciais regionais e de alcance parcial com países da América Latina", contou Barbosa, lembrando que essa reunião dá sequência ao encontro dos presidentes dos quatro países em Las Leñas, onde foi estabelecido um cronograma para dar forma ao Mercosul.

No encontro de ontem os representantes dos quatro países, assessorados por cerca de 25 técnicos de seus respectivos governos, começaram a discutir como devem ser os critérios de negociação de acordos comerciais durante os próximos anos e depois do estabelecimento do mercado comum, em janeiro de 1995. Esses critérios devem seguir duas premissas básicas, segundo explicou o embaixador Barbosa:

- Os integrantes do Mercosul não devem conceder preferências tarifárias maiores do que aquelas já negociadas entre os quatro sócios.

- As negociações deve-

rao ser feitas de maneira isolada até meados de 1994. Depois disso, quando já estará em vigor a tarifa externa comum, as negociações serão feitas em bloco.

Conceder margem de preferência tarifária significa estabelecer o percentual de "desconto" na tarifa de importação de um país para outro. Assim, se a margem de preferência é de 50% e a tarifa é de 100% sobre o valor da mercadoria, a nova tarifa seria de 50%.

O subsecretário de Comércio Exterior da Argentina, Carlos V. Kesman, informou que na reunião de ontem ficou decidido que o limite a ser negociado com os países latino-americanos seria de 50%. Esse limite deve ser submetido aos ministros da Economia, de Relações Exteriores e presidentes de banco central — os titulares do Grupo Mercado Comum, com poder de decisão sobre as regras do Mercosul — para aprovação. Está prevista para setembro, no Brasil, a próxima reunião dos titulares do Grupo Mercado Comum, segundo informou o embaixador Peña.

Essas regras, num primeiro momento, seriam aplicadas aos países associados à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). "Essa é a primeira etapa para que possamos aprofundar nossas relações com os países da Aladi. Eles são nossos sócios", explicou Peña, acrescentando que com os demais países as negociações (de caráter tarifário) estão sendo conduzidas no âmbito do GATT. "E no GATT, na Rodada Uruguai, já temos uma atuação harmonizada", observou.

A utilização de critérios comuns para coordenar acordos com países latino-americanos passa a ser fundamental, lembrou o embaixador Barbosa, em função das conversas que estão sendo encaminhadas nos últimos meses com os

*Lella Selva*

## EUA rejeita

por Cynthia Malta  
de São Paulo

Os Estados Unidos, apoiados pela Austrália, Hungria e Checoslováquia, voltaram a exigir ontem em Genebra na reunião do Conselho de Representantes do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que as regras que estabelecem o Mercado Comum do Sul sejam examinadas à luz do Artigo XXIV e não da Cláusula de Habilitação, como querem os quatro países do Mercosul — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

"Foi uma repetição da reunião de ontem (segunda-feira). Não houve consenso", disse por telefone de Genebra o embaixador Celso Amorim, chefe da delegação brasileira junto ao GATT. Na reunião de segunda-feira do Comitê de Comércio e Desenvolvimento do GATT —, que durou cerca de 3 horas sendo que por mais de uma hora os embaixadores brasileiros, Rubens Barbosa, e argentino, Félix Peña, explicaram as regras, mecanismos e os objetivos do Mercosul — os EUA exigiram que o Mercosul fosse enquadrado no Artigo XXIV, que trata de tráfego

países do Mercosul. O Brasil deve negociar acordos com México, Venezuela, Colômbia e Chile, e a Argentina também tem acordos com Chile, Venezuela e México para desenvolver, contou.

Os contatos do governo de Buenos Aires com a administração chilena estão adiantados. Neste mês de julho, informou Kesman, os dois países estão trocando listas de produtos que deverão ser comercializados com tarifas de importação reduzidas. "Temos uma lista de mais de quinhentos produtos oferecidos pelo setor privado do Chile", disse.

Com o México, o presidente argentino Carlos Menem deve assinar uma série de acordos em outubro próximo. Nesse caso também estão previstas redu-

DESEMPENHO

## Aumenta a ociosidade micro e pequenas paulistas no mês

por Luís Leonel  
de São Paulo

A ociosidade entre as micro e pequenas indústrias paulistas está crescendo. Levantamento realizado pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpi) aponta para um aumento de 3% no nível de ociosidade desse segmento industrial no mês de junho em comparação a maio. Em junho, o nível de ociosidade atingiu 49,6%.

De acordo com Joseph Cury, presidente do Simpi, as pequenas e médias indústrias estão sendo afetadas, principalmente, pelo alto valor dos tributos, retração de vendas e aumento dos preços das matérias-primas. Esses três pontos foram destacados na pesquisa do Simpi, feita com 220 micro e pequenas indústrias do estado.

De acordo com Cury, existem 110 mil micro e pequenas indústrias em São Paulo, que respondem por 90% da atividade econômica do estado. O levantamento do Simpi indica que em junho as micro e peque-

front  
áreas  
Ba  
Cláu  
em  
GAT  
princ  
te a  
vanti  
país  
se si  
desse  
ao G  
didas  
esse  
vas  
do pr  
Es  
do se  
drad  
tigo  
país  
plico  
o E  
recla  
tória  
juízo  
cabe  
não e  
"E  
temo  
ção",  
emba

ções tarifárias. "Também prestamos atenção se a cláusula de acesso à NAFTA será criada", lembrou Kesman, referindo-se ao acordo de livre comércio entre Estados Unidos e Canadá, onde o México seria o próximo parceiro. Essa cláusula de acesso permitiria, no futuro, a inserção do Mercosul como sócio da NAFTA (North America Free Trade Area).

No acordo com a Venezuela, as conversações estão sendo adiadas em função da crise política pela qual passa o presidente Andrés Pérez.

R  
NO  
A  
Rio  
meir  
uma  
1,19  
riod  
merc  
tem,  
dústr  
Jane  
com  
de ju  
traçã  
ao m  
O  
mine  
de l  
do  
igual  
do.  
mat  
mun  
mob  
quin  
ma  
ras  
cont

14-07-92

Impresso em Brasília - 017 3.000,00

2-9

# Restrições dos EUA, no GATT, ao Mercosul

por Cynthia Malta de São Paulo

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) será discutido hoje em Genebra durante reunião do conselho do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

O procedimento a ser empregado pelo GATT na avaliação, e eventual aprovação, do acordo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai é assunto que já foi tratado ontem, quando os Estados Unidos rejeitaram a maneira pela qual a delegação brasileira propõe que seja encaminhado o exame do Mercosul.

A posição dos países do Mercosul — colocada ontem pelo chefe da delegação brasileira junto ao GATT, embaixador Celso Amorim, pelo embaixador Rubens Barbosa, responsável pelos assuntos do Mercosul no Itamaraty, e pelo embaixador argentino no Brasil, Félix Peña — defende a apresentação do acordo regional através da "Cláusula de Habilitação".

Essa cláusula, criada em 1979 durante a Rodada Tóquio tendo o Brasil como

trocinadores, permite que países em desenvolvimento tenham tratamento "diferenciado e mais favorável" em questões relacionadas ao comércio internacional.

Os EUA, que receberam apoio da Suíça e do Canadá na reunião de ontem, argumentam que o tamanho e a importância potencial do Mercosul, com população de 200 milhões de habitantes e um Produto Nacional Bruto de US\$ 500 bilhões, exigem um exame detalhado por parte do GATT. Por isso, os EUA propõem que o Mercosul seja analisado através do artigo XXIV do GATT, que trata de tráfego fronteiriço, uniões alfandegárias e áreas de livre comércio. A adoção desse artigo estabelece a criação de um grupo de trabalho para verificar se as regras de um acordo entre países está de acordo com as normas do GATT.

A "Cláusula de Habilitação", por sua vez, permite a aprovação de um acordo comercial "de maneira rápida e sem a exigência de muitos detalhes", disse, por telefone de Genebra, o embaixador Amorim. "O argumento de que Argenti-

GATT com o direito a tratamento especial, mas, ao mesmo tempo, seria criado um grupo de trabalho para fazer um estudo detalhado sobre o acordo.

O embaixador Paulo Nogueira Batista, chefe da delegação brasileira junto ao GATT de 1971 a 1973, observou que "essa briga é de caráter terceiro-mundista" e que "a cláusula não tem efeito operativo". Ao requisitar o uso da Cláusula de Habilitação, "os países desenvolvidos não esperam que os países em desenvolvimento, no curso das negociações comerciais, façam contribuições que sejam inconsistentes com suas necessidades de desenvolvimento, financeiras e comerciais", diz o texto aprovado na Rodada Tóquio.

Portanto, diz Nogueira Batista, o Mercosul estaria teoricamente se precavendo de futuras reclamações, por exemplo, dos EUA em relação à sua tarifa externa comum.

(Ver página 3)

pediram as empresas que façam sua parte, afirmam. do que bilhões de dólares depositados em fundos do setor privado precisam, em última análise, fazer o que os Ministérios das Finanças do Ocidente não podem agora fazer por causa das dificuldades que encontram. Os sistemas de distribuição da Rússia estão caóticos com o desaparecimento do planejamento central. Essa falha é apenas mais uma da enorme lista de queixas citadas pelas companhias ocidentais que tentam iniciar negócios na Rússia: tecnologia arcaica, burocracias incômodas, Na última década, muitos democratas americanos — e muitos economistas também — perderam a fé no princípio dos gastos públicos enquanto para-

anti-recessão. Em 1978, inflaram com este mecanismo Keynesiano a "Lei Humphrey-Hawkins do Plano Emprego e do Crescimento Equilibrado". Em 1983, apesar de um déficit assustadoramente grande para os padrões da época, aprovaram um projeto-de-lei para a criação de emprégo — com programa no valor de US\$ 4,6 bilhões — destinado a combater uma recessão que já tinha acabado. Na última década, muitos democratas americanos — e muitos economistas também — perderam a fé no princípio dos gastos públicos enquanto para-

INTEGRAÇÃO

# GATT discute hoje maior controle sobre Mercosul a pedido dos EUA

por Frances Williams  
do Financial Times

Está emergindo uma controvérsia no Tratado Geral de Tarifas e Comércio (GATT) quanto aos métodos a serem adotados para avaliar e controlar o funcionamento do Mercosul. Os países-membros do Mercosul — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — apoiados por outros países do Terceiro Mundo, afirmam que seu acordo de livre comércio deve ser considerado sob a "cláusula de habilitação" do GATT. Ela permite que os acordos de comércio preferencial entre países em desenvolvimento sejam simplesmente notificados ao comitê de comércio e desenvolvimento do GATT,

protegendo-os, de fato, de contestação de outros signatários do GATT.

Mas na reunião do conselho do GATT hoje os Estados Unidos pedirão a formação de um grupo de trabalho sobre o Mercosul, segundo o Artigo 24 do GATT, que trata de áreas de livre comércio e uniões alfandegárias. Os americanos alegam que a dimensão e importância potencial do Mercosul, com população de 200 milhões de pessoas e Produto Bruto combinado de US\$ 500 bilhões, merece exame detalhado dos parceiros comerciais para verificar se são consistentes com as regras do GATT.

Numa reunião do comitê de comércio e desenvolvimento ontem a CEE propôs

um compromisso sob o qual o Mercosul seria examinado por um grupo de trabalho formado pelo comitê.

Canadá e Suíça apoiaram a posição americana, segundo a qual o conselho diretivo do GATT teria de estabelecer um grupo de trabalho formal sobre o Mercosul, lançado em novembro do ano passado, segundo a Reuters.

Numa tentativa de compromisso, a CEE propôs que o comitê formasse um grupo, aceitando o direito a tratamento especial alegado pelo Mercosul, mas permitindo a execução de estudos detalhados.

Celso Nunes Amorim, embaixador brasileiro no GATT, declarou ontem que

os membros do Mercosul estão preparados a fornecer todas as informações sobre o Mercosul aos signatários do GATT e a abrir consultas junto a qualquer país que se considere prejudicado em seus direitos sob o GATT. Mas eles não renunciaram ao direito, sob o GATT, de ter o Mercosul avaliado de acordo com a cláusula de habilitação.

Rubens Barbosa, alto funcionário do setor comercial do governo brasileiro, disse em entrevista que o comércio entre os países-membros do Mercosul aumentou mais de 30% entre 1990 e 1991, enquanto as exportações brasileiras aos seus parceiros no mercado aumentaram 77%.

## "Ainda somos países em desenvolvimento"

por Cynthia Malta  
de São Paulo

"O argumento de que Argentina e Brasil são grandes não vem ao caso. Ainda somos países em desenvolvimento e não vamos abrir mão desse direito." A opinião é do embaixador Celso Nunes Amorim, chefe da delegação brasileira junto ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que falou ontem por telefone de Genebra a este jornal. O embaixador estava se referindo à posição dos Estados Unidos, formalizada ontem na reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento do GATT, de não aceitar a análise do acordo regional do Mercosul pelo GATT através da Cláusula de Habilitação.

Essa cláusula, criada em 28 de novembro de 1979 na Rodada Tóquio, permite tratamento especial a países em desenvolvimento no âmbito do GATT - órgão criado em 1947 para regula-



Celso Nunes Amorim

mentar o comércio internacional e que atualmente reúne 103 países discutindo a sua oitava rodada, a Rodada Uruguai. Esse tratamento diferenciado, no caso de avaliação do Mercosul, significaria aprovação praticamente automática, dispensando análises deta-

lhadas por parte dos membros do GATT.

"O Brasil e os demais países do Mercosul não pretendem se esconder na Cláusula de Habilitação. Queremos demonstrar absoluta transparência, disse Amorim, repetindo as palavras ditas na reunião de ontem, da qual participaram o embaixador brasileiro Rubens Barbosa, responsável pelas questões do Mercosul no Itamaraty, e o embaixador argentino Félix Peña.

Amorim justifica a posição dos membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) de submeter o acordo regional ao GATT sob a Cláusula de Habilitação lembrando que a criação da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) foi notificada através dessa mesma cláusula. Além disso, "a cláusula é um direito dos países em desenvolvimento".

O embaixador Amorim observou ainda que "não há motivação real e racional para essa exigência" dos EUA de submeter o Mercosul às normas do Artigo XXIV do GATT que

Mercado Comum do Itamaraty, os acordos aprovados são: a união alfandegária entre a África e a, já extinta, Rodésia (1948), o acordo entre El Salvador e Nicarágua (1951), a entrada da Nicarágua na Zona de Livre Comércio Centro-Americana (1958) e a Comunidade Econômica do Caribe (1973).

Tanto a Comunidade Econômica Européia (CEE) como o Acordo de Livre Comércio entre EUA e Canadá não receberam ainda a aprovação do GATT — ou seja, de que esses acordos vão permitir o aumento do volume de comércio e não a restrição do comércio para países não participantes desses blocos.

O embaixador Paulo Nogueira Batista — que chefiou a delegação brasileira no GATT de 1971 a 1973 e depois ocupou a Embaixada do Brasil em Genebra de 1983 a 1987 — lembrou que a Cláusula de Habilitação "não tem valor jurídico. É apenas uma resolução de pouco efeito prático". Em sua opinião "os países que se sentem pre-

judicados, e sua intrínseca e excessivamente liberal es- as lealdades partidárias e co- deixou fora de sincronia as Te- velhas máquinas. Daqui até novembro, os p-